



O ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: PERFIL E TERRITÓRIO DE VULNERABILIDADES

Aline Santana Pureza Maciel

Mestranda em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Cidades Territórios e Identidades- PPGCITI da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus de Abaetetuba/PA. Email: alinemaciel18@outlook.com

Orlando Nobre Silva de Souza

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades- PPGCITI, do Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA), Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: orlandos@ufpa.br

Alexandre Augusto Cals e Souza

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. É Coordenador (Gestão 2018-2020) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades - PPGCITI, do Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: alexandre@ufpa.br

Afonso Wellyton de Sousa Nascimento

Doutor em educação pela Universidade Federal do Ceará. Professor do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades- PPGCITI do Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA). Email: afonsows27@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Aline Santana Pureza Maciel, Orlando Nobre Silva de Souza, Alexandre Augusto Cals e Souza y Afonso Wellyton de Sousa Nascimento (2020): “O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa: perfil e território de vulnerabilidades”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, ISSN: 1988-7833, (agosto 2020). En línea: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/08/adolescentes-conflito-lei.html>

Resumo

A conduta de quem comete um ato infracional sinaliza acontecimentos de seu meio social. Nossos objetivos com esse estudo foram analisar o território enquanto possibilidade de construção de redes pessoais e sociais de enfrentamento das vulnerabilidades e compreender como a dinâmica desses, influencia para determinar o perfil social do adolescente em conflito com a lei. O método foi o qualitativo com a utilização de pesquisa bibliográfica e de campo e os instrumentos de coleta de dados foram um questionário e entrevista com um roteiro de perguntas semi estruturada. Nossos resultados apontam que a lógica perversa da globalização tem contribuído maciçamente para acirrar as vulnerabilidades sociais, contudo acreditamos que o lugar, o bairro, a rua, é a sede da resistência da sociedade civil, contra os efeitos e os ataques da globalização ao Estado territorial.

Palavras-chave: perfil social do adolescente em conflito com a lei, redes pessoais e sociais.

Resumen

La conducta de quienes cometen una infracción señala eventos en su entorno social. Nuestros objetivos con este estudio fueron analizar el territorio como una posibilidad de construir redes personales y sociales para hacer frente a las vulnerabilidades y comprender cómo influye su dinámica para determinar el perfil social de los adolescentes en conflicto con la ley. El método fue cualitativo utilizando investigación bibliográfica y de campo y los instrumentos de recolección de datos fueron un cuestionario y una entrevista con un guión de preguntas semiestructurado. Nuestros resultados señalan que la lógica perversa de la globalización ha contribuido enormemente a aumentar las vulnerabilidades sociales, sin embargo, creemos que el lugar, el vecindario, la calle, es el asiento de

la resistencia de la sociedad civil contra los efectos y ataques de la globalización en el estado territorial.

Palabras clave: perfil social de los adolescentes en conflicto con la ley, redes personales y sociales.

Abstract

The conduct of those who commit an infraction signals events in their social environment. Our objectives with this study were to analyze the territory as a possibility of building personal and social networks to cope with vulnerabilities and to understand how their dynamics influence to determine the social profile of adolescents in conflict with the law. The method was qualitative using bibliographic and field research and the data collection instruments were a questionnaire and interview with a semi-structured question script. Our results point out that the perverse logic of globalization has contributed massively to heighten social vulnerabilities, yet we believe that the place, the neighborhood, the street, is the seat of civil society resistance against the effects and attacks of globalization on the territorial state.

Keywords: Teens. Educational Measures. Profile. Territory. Vulnerabilities.

1. Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (2001), considera adolescentes para devidos fins jurídicos aquele que tem idade de 12 completos a 18 anos que embora enquadrado pela circunstância da idade, tem sua conduta considerada como ato infracional, e por isso devem cumprir Medidas Socioeducativas, com o objetivo de reintegra-se a sociedade.

Nesse contexto, as Medidas Socioeducativas, têm como proposta possibilitar um conjunto de condições que possam viabilizar ao adolescente, com base no respeito à sua condição de sujeito em desenvolvimento, à construção de um projeto de vida digna, com respeito à sua comunidade, protagonizando uma cidadania de convivência coletiva baseada no respeito mútuo e na paz social. Previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, representam um procedimento especial, com finalidade pedagógico-educativa, aplicada aos adolescentes autores de ato infracional considerados imputáveis, em virtude da menoridade.

Encontram-se divididas em dois grupos: não privativas de liberdade (I- Advertência; II- Reparação do Dano; III- Prestação de Serviços à Comunidade; IV- Liberdade Assistida) e as privativas de liberdade (V- Inserção em regime de semiliberdade e VI- Internação em estabelecimento educacional). As medidas de Liberdade Assistida e prestação de serviços à comunidade se desenvolvem em Meio Aberto, superando o caráter privativo de liberdade, assegurando ao adolescente no seu cumprimento, o direito de ir e vir. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 2001).

Mediante a dimensão Socioeducacional e da responsabilização do ato infracional em si, torna imprescindível ter como referência a pessoa à qual ela se destina: o adolescente. Mais quem é ele?

Teixeira (2006, p.427) ressalta que o adolescente autor de ato infracional é antes de tudo adolescente – uma etapa peculiar do desenvolvimento humano que adquire configurações singulares em circunstâncias históricas e contextos econômicos, sociais e culturais diversos. Portanto, a abordagem para compreendê-lo considera as variáveis relativas às intensas mudanças físicas, biológicas, psicológicas; variáveis relativas a seus grupos de pertencimento, a seu meio social e a seu trânsito no mundo da cultura, nestes tempos de ausência de fronteiras geográficas e novas tecnologias de comunicação que vão construindo outros padrões de sociabilidade.

A conduta de quem comete um ato infracional sinaliza acontecimentos de seu meio social e de seu tempo que produzem efeitos, reverberam em seu cotidiano e em sua intimidade. Dito de outra

forma, a conduta sempre revela algo do indivíduo e de seu ambiente social, dos pares com quem interage, do território de vulnerabilidades inserido o que influencia diretamente para traçar um perfil social.

Diante disso, o presente estudo se justifica pela necessidade de compreender como a dinâmica dos territórios marginalizados, influência nas determinantes de vulnerabilidades e traça um perfil social em que a pobreza extrapola a esfera econômica e acirra o recrudescimento do desenvolvimento das pessoas e da sociedade.

Por isso, a análise do território constitui peça fundamental de ações sociais, pois é nele, que os processos de intervenção e as políticas sociais devem interagir, propiciando o acolhimento, a escuta e o encaminhamento das diferentes demandas e se constituindo como uma tecnologia possível que permitirá a construção de redes pessoais e sociais de suporte às vulnerabilidades que os sujeitos estão expostos. (BARCELOS, COHEN & VASCONCELOS, 2010, p. 291). Acreditamos que esse debate poderá fortalecer as lutas por direitos a educação, a saúde, a cultura, ao esporte, lazer e ao reconhecimento das vulnerabilidades como frutos de territórios inóspitos e das influências da globalização que acabam por determinar o perfil marginalizado de determinados grupos sociais como os adolescentes em conflito com a lei.

Sendo assim, nossos objetivos foram analisar o território enquanto possibilidade de construção de redes pessoais e sociais de enfrentamento das vulnerabilidades que os sujeitos estão expostos e compreender como a dinâmica dos territórios marginalizados, influencia para determinar o perfil social do adolescente em conflito com a lei.

2. Método

A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa do tipo descritiva/explicativa. Elegemos como método de referência a concepção dialética, ou seja, aquela que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. (LAKATOS E MARCONI, 2003, p.106). Enquanto ao quadro teórico de referência foi utilizado o materialismo histórico.

Com a finalidade de aprofundar nossa investigação, realizamos um estudo de caso, e nossos instrumentos de coleta de dados foram a observação direta individual e a entrevista semi estruturada. A pesquisa pautou-se em fontes primárias e secundárias. As fontes secundárias, implicaram na organização dos dados disponíveis sobre a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida desenvolvida pelo Município: levantamento de demanda em conflito com a lei, planejamento de algumas ações feitas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, parcerias intersetoriais (escola e Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS) e desenvolvimento das ações pelo CREAS, junto ao adolescente. O objetivo deste levantamento foi instrumentalizar-nos com informações sobre o desenvolvimento da normativa, e qual ênfase estava sendo dada ao processo de Reintegração educacional e social dos sujeitos em conflito com a lei a nível local.

Nesse intuito elegemos como locus da pesquisa, o Centro de Referência da Assistência Social-CREAS, que se encontra localizado na Rua Coronel Vítório, nº 468, Centro, do Município de Igarapé-Miri/PA. A pesquisa em fontes primárias foi realizada por meio de entrevistas com perguntas semi estruturadas e individuais. Tivemos o cuidado de estabelecer contatos prévios e pessoalmente

com a Secretária de Assistência Social, Coordenação da instituição, adolescentes e responsáveis, com o intuito de explicar os objetivos do estudo e também solicitar o agendamento de entrevistas, que poderiam ou não ser autorizadas.

No estudo de caso (“A”, “B”, “C” e “D”), as entrevistas individuais foram apoiadas por um roteiro temático com 8 perguntas semi-estruturada, com a incorporação de temas como: atividades pedagógicas, cursos, projetos, desenvolvidos pela escola, questões sobre a estrutura física e pedagógica das instituições educacionais, constrangimento e/ou preconceito, percepções dos sujeitos, a respeito das aulas, das metodologias, conteúdos trabalhados e se a presença pedagógica dos professores tem diferenciado o ensino, “participação e discussão” e como procede a inclusão nesses momentos dentro da escola, ato infracional, Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida, escola, apoio para a não reincidência e projeto de vida.

Com todos os participantes, utilizamos um termo de consentimento livre e esclarecido o qual lemos antes do início das entrevistas, com vistas ao esclarecimento de nosso objetivo investigativo. Essas entrevistas, duraram em torno de 30 minutos a 1 hora. Dos quatro sujeitos em conflito com a lei que se disponibilizaram participar da pesquisa, 3 encontravam-se em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (Liberdade Assistida) e 1 participante estava em regime de sentença de Carta Precatória¹. Enquanto aos seus endereços, residiam: Região Campesina do Município (1 indivíduo); Bairro Cinco Bocas (1 indivíduo), Bairro Cidade Nova/Tucumã, (1 indivíduo) e 1 no Bairro da Matinha.

3. Resultados

3.1 As Vozes Dos Sujeitos

Foucault (2005), define o discurso como algo para além das palavras, da fala realizada, ou orações e enunciados emitidos. O discurso vai dar forma para aquilo que se fala, vai torná-lo, algo materializável: “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (Foucault, 2005, p. 55)

Interligado ao discurso teremos o sentido produzido por ele o que é social, cultural e ideológico, “[...] não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI citado por TOMAZELLI SARTÓRIO & MARIA ROSA, 2010, p. 562)

Levando em conta que em todo discurso encontra-se presente a questão ideológica, buscamos analisar a luz da compreensão a respeito da execução e repercussão das MSE`s, como possibilidade de Reintegração Social.

A partir das entrevistas questionamos sobre as atividades desenvolvidas nos espaços educativos e observamos que as visões descritas (experiências, palestras, rodas de conversa, oficinas, artifícios metodológicos e didáticos) demonstravam que:

¹ É a forma de comunicação realizada entre um juiz de uma comarca competente e um juiz de uma outra comarca, ambas brasileiras, a fim de que este último, chamado deprecado, cumpra ou execute os atos necessários ao andamento judicial do feito.

A1: Não existe, isso aí. A escola deveria colocar cursos, pra gente poder se desenvolver no estudo, acho isso importante.

A2: Nunca participei, mas acho que tem. Lá tem uma sala com computadores. Pra quem participa deve ser bom. Eu gosto mesmo é de jogar bola.

A3: Eles oferecem, essas atividades são boas. Eu gosto de fazer de participar da banda da escola.

A4: Não. Acho interessante ter os cursos profissionalizantes.

As verbalizações de A1, A2 e A4 indicam que não existem, outras atividades educativas disponibilizadas pelas escolas, além das aulas. Notamos ainda que A1 e A4 destacam o interesse por cursos que auxiliem no desenvolvimento e na sua formação pedagógica e profissional.

Oliveira (2018) em pesquisa realizada, sobre expansão da violência urbana a partir da territorialização de gangues na cidade de Igarapé-Miri/PA, constatou que:

na cidade faltam Projetos Sociais voltados para a cultura, esporte, lazer, assim como cursos profissionalizantes, com a finalidade de incentivar os jovens na busca por um caminho melhor e conseqüentemente afastando-os da influência negativa dos criminosos.

Diante desse contexto, é evidente que o investimento em políticas públicas para a juventude que vive em situação de vulnerabilidade social, que se encontra prestes a adentrar na criminalidade ou já envolvida com essa, é algo bem irrisório no Município. O próprio Projeto Político e Pedagógico (2018) de 1 das duas escolas onde os adolescentes estudam (Enedina Sampaio Melo), alude essa questão, como uma questão social que precisa de maiores intervenções, falta de políticas públicas, alto índice de violência, o desemprego, a marginalização, falta de saneamento básico, a precariedade dos postos de saúde, furtos, assaltos, tráficos e uso de drogas, falta de segurança pública, etc.

Portanto, a eliminação de desigualdades sociais é primordial para o desenvolvimento econômico e social dessa demanda populacional, sendo o Estado obrigado a garantir os direitos fundamentais, através da efetivação de políticas públicas. Nesse caso, é uma obrigação do Estado Políticas Públicas socioeducativas, com vistas a reintegração social, a fim de relocalar os adolescentes em conflito com a lei, na sociedade. (BERRO, 2012).

Quando abordamos questões sobre a estrutura física e pedagógica das instituições educacionais pesquisadas, os adolescentes responderam que:

A1: não está boa a escola, insatisfatória. Seria bom que tivesse quadra, uma sala de informática com computadores e sala de música. Não tem biblioteca e o pedagogo precisa atuar mais. Ele falta muito e precisa melhorar esse contato com a gente.

A2: Está boa. Tem sala com computadores. (sala de informática) acho que se tivesse mais note book com acesso a internet para serem usados na sala de aula pelos alunos, uma sala de teatro, quadra daquelas grandes (poliesportiva), projeto de robótica e sala de teatro seria muito bom.

A3: Queria que tivesse uma sala de informática com computadores funcionando e nós pudesse usar. A quadra tem, mais tá com buraco pra todo lado e não tem coberta. O sonho seria ter uma daquelas de jogos da televisão (olimpíadas: quadra poliesportiva)

A4: quadra poliesportiva e uma sala de robótica.

No geral percebemos que em relação ao aspecto físico e pedagógico das escolas, esses são descritos como insatisfatórios, além do que, foi verbalizado não haver bibliotecas, sala de informática com computadores conectados a internet, sala de tetro e de música, projeto de robótica e uma das falas indica que o pedagogo não é atuante na instituição educativa. Ressaltam também que tais carências de recursos pedagógicos, afetam diretamente na positividade dos andamentos das atividades escolares, como a falta de uma quadra poliesportiva, para a prática de esportes.

Procuramos, também, informações a respeito das aulas, das metodologias, conteúdos trabalhados e se a presença pedagógica dos professores tem diferenciado o ensino:

A1: Eu gosto das aulas de alguns professores. Gosto de Ciências e de português. Nem toda aula é divertida, mas estudei numa escola em Belém que tinha um professor bacana ele fazia brincadeira com a gente. Não gosto de Matemática, muito número, confunde a cabeça da gente. O assunto que eles trabalham precisa melhorar, mais, os professores precisam trabalhar bullying e violência: assaltaram a escola um dia lá, foi de dia, com a gente lá, levaram os celulares dos meus colegas.

A2: Eu gosto das aulas de Português e de Educação Física. As aulas são boas: eles passam pesquisa em grupos, conversa sobre o assunto e manda terminar os trabalhos em casa. As atividades aqui (CREAS) são boas também, mas tem muitas perguntas, lá. (Atendimento com as AS's e Psicóloga). Tipo assim, se tivesse uma aula de vilão, e jogo de futebol, por exemplo, ia ser bem legal, e informática também.

A3: Eu gosto de todas as aulas, são legais.

A4: Eu gostava da Matemática e de Educação Física. As aulas que eu mais gostava era do professor João (nome fictício) porque ele explicava direito, tinha atenção, conversava com a gente e era prestativo.

Analisamos que as falas de A1, A3 e A4 descrevem a importância da diferenciação de ensino, por parte de alguns professores e os dispositivos metodológicos utilizados por eles no momento das aulas: lúdico, pesquisas em grupo, diálogo e atenção com os alunos. Essas metodologias inovadoras, pautadas no que é habitual, fazem muita diferença e chamam atenção dos adolescentes, para se sentirem motivados a participação nas aulas. Desse modo, as percepções indicam que o professor ao diferenciar o ensino, torna a aula e sua presença didática, mais significativa.

Os estudos realizados por Abramovay (2004) apontam que diversificar as estratégias educacionais é uma saída viável para haver nas instituições educativas, um "bom clima escolar". Entre essas estratégias encontram-se o exercício do diálogo que cria segundo o autor possibilidades de se estabelecerem relações de amizade entre alunos e professores, a partir da descoberta do que cada um pensa e de como vivem em grupos, conhecimentos e compartilhamento de novos olhares e atitudes que, numa perspectiva de formação vai repercutir na vida dos sujeitos envolvidos.

É por isso que Freire (2005, p.91) afirma que o diálogo é esse encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, e não se esgota, portanto na relação eu-tu. Para o autor, é nesse ato de pronunciar as palavras é que os homens se transformam e assim a conversação se põe como caminho em que os homens encontram significação enquanto tal.

Desse modo, a Educação como prática de Liberdade, proposta por Freire (2005) se fundamenta numa educação pautada no Diálogo, onde a busca pelo conteúdo programático da Educação, parte da inquietação anterior ao primeiro contato com os educandos sobre o que vai dialogar com eles, ou seja, é importante ouvir os sujeitos e colher suas expectativas relacionadas ao ensino, para partir disso, planejar as práticas pedagógicas.

Arroyo (2010) sobre o ofício dos professores questiona a respeito de quem é esse profissional? E qual sua função social? Traz uma resposta que aparentemente define o Ensino como a socialização de conhecimentos, saberes e competências. “Ensinar bem de maneira competente minha matéria”, seria para o autor a resposta mais viável que satisfaz muitos professores por décadas.

Contudo, nem todos os docentes se conformam com essa ideia, por perceber as lacunas deixadas, por esse tipo de ensino, sobretudo, quando tiram o olhar apenas da matéria ou do conteúdo e começam a perceber, enxergar e sentir os educandos. “Captam em seus olhares e comportamentos de crianças e adolescentes, sua insatisfação e até desinteresse e indisciplina.” (ARROYO, 2010, p.53)

No caso dos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida, a atuação pedagógica para além da matéria ministrada é de grande relevância, uma vez que nessa relação dialógica, vamos descobrindo os seres humanos, as histórias, que existem para além do ato infracional cometido, e a partir disso, podemos superar o olhar do amontoado de cérebros que precisam apenas de imensas quantidades de conteúdos, ver nesses alunos a possibilidade de ensinar mais que nossa matéria, dialogar com os mesmos e abrir espaços para relativizar os conteúdos, repensá-los e selecioná-los em função de sua formação e de sua educação.

Para Arroyo (2010) é necessário:

Reaprender que nosso ofício se situa na dinâmica histórica da aprendizagem humana, do ensinar e aprender a sermos humanos. Por aí reencontramos o sentido educativo do nosso ofício de mestre, docentes. Descobrimos que nossa docência é uma docência humana. (ARROYO, 2010, p.53)

Quando analisamos tal contexto, atentamos criticamente às políticas de ressocialização social propostas pelo Estado. É notório que grupos sociais minoritários (como é o caso de quem comete ato infracional) sempre tiveram seus direitos negados e as propostas do Estado de ressocializá-los tem sido ineficiente. É um ciclo que não tem garantido sucesso educativo, social e profissional a esses adolescentes.

A mesma realidade daqueles que cumprem medidas socioeducativas, no presente, pode ser a realidade futura, pois, a marcha que se impõe a eles, aponta a prisão como caminho fim. E dentro desse sistema prisional, as funções da ressocialização, defendidas pelo Estado, são “muito distante daquilo que é necessário para fazer cumprir as funções de ressocialização, já que os estudos dos efeitos da cadeia na vida criminal (atestam o alto índice de reincidência), têm invalidados amplamente a hipótese da ressocialização do delinquente através da prisão. (BARATTA, 1990, p. 1)

Isso porque segundo Baratta (1990) existe o reconhecimento científico de que a prisão não pode ressocializar, mas unicamente neutralizar; que a pena carcerária para o delinquente não

significa em absoluto uma oportunidade de reintegração à sociedade, mas um sofrimento imposto como castigo, se materializa em um argumento para a teoria de que a pena deve neutralizar o delinquent e/ou representar o castigo justo para o delito cometido.

Para tanto, buscamos saber sobre o ato infracional, no sentido de considerar a reflexão desses jovens frente a sua situação em conflito com a lei. Desse modo, foi realizada a seguinte pergunta: O que levou você a cometer o ato infracional:

- A1: à influência de amizades “ruins”
- A2: “más companhias, faziam coisa errada,
- A3: pelas amizades, me levaram pro mau caminho
- A4: Tinha cabeça de muleque. Não pensei direito.

As respostas no geral indicam em sua totalidade que cometeram tal prática pela influência de seus pares, grupos de amigos. É certo que a influência de terceiros pode levar um adolescente a cometer atos infracionais. Mas, acreditamos que existem outras questões atreladas a esse adentrar no mundo da criminalidade, que são motivos de análise, como: espaço social, territorial, familiar, cultural, de lazer e etc cercado de inúmeras vulnerabilidades e ausências.

Procuramos saber sobre o que os adolescentes, apontam como possíveis sugestões as escolas, para ajudá-los a não reincidirem e terem perspectivas e metas para suas vidas:

- A1: Chamar para conversar, pra esquecer um pouco o que ocorreu (abordagem policial truculenta). Era bom ter uma diversão, um jogo de futebol, pra distrair um pouco e cursos profissionais, para ajudar a formar para trabalhar. Falta muita coisa, mais as aulas de alguns professores, isso me ajuda a pensar em não reincidir, tem alguns (professores) lá que trabalham alguns conteúdos, que incentivam nós a realizar os sonhos.
- A2: acolher bem, ajudando e orientando e dando conselhos. Até que a escola lá tem ajudado sim, quero me alistar e servir no exército e a escola (professores) me deram dicas!
- A3: Reforço para nós aprender mais e mais esses cursos que formam, para ter oportunidade de trabalho.
- A4: Desse uma condição, uma estrutura melhor para dar mais ensinamento pra nós ter uma profissão. Eu parei de estudar e hoje tenho que trabalhar como vendedor ambulante nos ônibus de linha.

Nas falas há destaque para a importância de praticar o diálogo entre os pares educativos, visando sanar possíveis traumas contráidos pela consequência do ato infracional. Analisamos que os adolescentes em conflito com a lei, mesmo envoltos/as em situações de violência, indicam a Educação como uma possibilidade, um caminho que os ajuda a enfrentar tais condições.

Porém, esse não é um ato qualquer mais sim, aquele onde a prática pedagógica dá-se através do diálogo, como condição essencial de sua tarefa, de forma a coordenar, jamais influir ou impor nada aos educandos. (FREIRE, 2017, p. 10)

Essa ação é algo que emancipa, e motiva a busca da produção da consciência e tende a recusar a “mera transmissão de conhecimentos”. Desse modo, defendemos que toda forma de educar deve priorizar o diálogo e a formação de sujeitos democráticos, livres e com autonomia para saber refletir, criticar e agir visando a transformação da sua e de outras realidades que se apresentem emblemáticas.

Alencar (2017, p. 81) avalia que no atual cenário brasileiro, tendo as instituições como parte intrínseca desse contexto, as Medidas Socioeducativas por si só, não apresentam grandes resultados na Reintegração do adolescente infrator, visto que além de outros fatores, não há a participação da família e da sociedade no processo de inserção social, não são ofertadas oportunidades no mundo do trabalho, não existe a qualificação profissional e faltam incentivos na educação.

Contudo o autor aponta que apesar da efetivação da Reintegração social se apresentar como uma tarefa árdua existem iniciativas que podem auxiliar para que esse processo se desenvolva, contudo, é necessário o investimento em ações que promovam novas oportunidades para os adolescentes em conflito com a lei com participação solidária do Estado, da família e da sociedade. Diante disso, uma possibilidade se exhibe, ou seja, por meio do trabalho, na condição de aprendizes esses sujeitos tem a oportunidade de reconstruírem sua dignidade, pelo exercício e aprendizagem da responsabilidade, afastando-os do mundo do crime.

Outra possível saída para essa questão, seria focar nos projetos sociais. Segundo o autor ainda existem dificuldades estruturais importantes para a implementação de outras opções Socioeducativas ligadas ao trabalho, à escola, à família, à sociedade, ao esporte, ao lazer. Compreendemos que somente por meio da união da família, da sociedade e o apoio do Estado, os projetos sociais poderão proporcionar aos indivíduos em conflito com a lei, novas oportunidades de vida, o que é fundamental para que haja uma Reintegração efetiva.

Nesse sentido, a execução e repercussão das Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida nas escolas e sua contribuição no processo de Reintegração Social, carece muito das relações intersetoriais, o que não ocorre de forma natural e extensiva entre a escola e o CREAS, escola- família, escola-empresas locais, escola-comerciantes, escola- representantes que atuam como frente de projetos esportivos, culturais e sociais etc. Apesar das dificuldades desse processo, observamos que as percepções delineadas pelos adolescentes em conflito com a lei no Município de Igarapé-Miri/PA, indicam que a educação, pode se constituir enquanto meio de acesso e construção de perspectiva de futuro, de projeto de vida social, acadêmico e profissional.

4. Discussão

4.1 O adolescente em conflito com a lei: perfil e territórios de vulnerabilidades

A maioria da juventude que cumpre Medida Sócio Educativa, está na faixa etária indicada e definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como adolescentes – 12 a 17 anos. No caso de nossa pesquisa 2 adolescentes com 15 anos, 1 indivíduo com 16 e outro com 17 anos. Todos se auto declaram do sexo masculino, confirmando os apontamentos das literaturas analisadas.

As pesquisas realizadas por Ludke Nardi, Machado Janh e Dalbosco Dell`Agllo (2014), no Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará- período de 2013 a 2022 entre outras indicam que o perfil dos meninos, que cumprem MSE em vários estados do país, assemelha-se. Isso alerta para a entrada cada vez mais significativa, desses sujeitos com idade entre 14 e 17 anos, em sua predominância do sexo masculino, no mundo da criminalidade. E o mais preocupante é que assim que completam a maioridade penal, definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como 18 anos, em sua maioria irão fazer parte da demanda prisional do estado brasileiro:

Nos meus estudos sobre as crianças que ficam longamente internadas, as denominadas “carentes”, e as órfãs, sempre me questionei que esses jovens logo após o desligamento do internato tornem-se presidiários. [...]acho importante ressaltar aqui que 74,6% dos nossos entrevistados foram presos pela primeira vez entre 18 e 21 anos de idade. (ALTOÉ, 2009, p.22)

Nesse sentido, é urgente a necessidade de ampliação, reavaliação e redefinição de políticas públicas voltadas a essa faixa etária e que sejam capazes de dirimir os processos de exclusão desses grupos nos diversos territórios em que se encontram inseridos: escolas, serviços sociais, culturais, econômicos e na sociedade como um todo.

Consideramos o território a partir da definição de “formas, resultado de objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, ADELIA SOUZA & LAUR SILVEIRA 1998, p.16), ou seja, quando pensamos em território, atentamos não somente para o campo físico desse conceito, mais as dinâmicas interacionais que compõem o espaço habitado, onde os seres humanos através de suas múltiplas formas de ocupar um espaço formam seus discursos, ideologias, identidades, trocam experiências, vivem em constante socialização, concordam, discordam, fazem valer suas convicções e ideias convergindo para a consolidação de poderes individuais, grupais e sociais.

Andrade citado por Saquet (2011) incorpora o conceito de território no bojo de ideias de domínio ou gestão de determinada área, assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

A partir dessas considerações territoriais enfatizamos que os indivíduos em cumprimento de Medidas Socioeducativas e que constituem o corpus de nossa pesquisa, moram no município de Igarapé-Miri/PA, 2 sujeitos residem nos bairros da Cidade Nova, 1 indivíduo, reside no bairro Centro e outro na Zona Rural (sem indicação no mapa):

Imagem 1: Mapa urbano de Igarapé-Miri/PA/2016



Fonte: Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri/PA

Em Igarapé-Miri, embora haja a delimitação oficial dos bairros, representado em cartografia acima exposta, os habitantes desses bairros recriaram novas delimitações informais de representação territorial dos espaços urbanos. Algo comprovado no estudo realizado por Oliveira (2018):

Muitos são os territórios urbanos na cidade delimitados pela população, sendo este um dos principais meios para a localização espacial dos moradores na cidade, estes territórios carregam consigo também um forte caráter simbólico para os moradores. Sendo que se pode encontra-los em todas as áreas da cidade, seja ela a área central (África e Baixa Verde), intermediária (Cinco Bocas, São Paulo, P. S, Padre Emílio, Tucumã, Rola Papo e Macapá) ou de expansão (Jatuíra, Invasão do Moca, Matadouro Velho, Santa Clara e Favela/Juventão. (OLIVEIRA, 2018, p.22)

Esses territórios enquanto lugar, não oferecem infra estrutura mínima para a sobrevivência digna, possuem poucas escolas, creches e postos de saúde, com o atendimento limitado, oferecem raras ações sociais de esporte, cultura e lazer e além desses fatores de vulnerabilização, ainda há um estigma estampado, relativo aos fatos de violência (assaltos, homicídios, envolvimento com o tráfico de drogas) e a mancha simbólica marcada pelo estereótipos territoriais, raciais, culturais e econômicos, que recaem sobre as minorias sociais:

Nem nos guetos negros nem nas cités francesas, contudo, é possível livrar-se do “poderoso estigma territorial ligado à moradia numa área publicamente reconhecida como ‘depósito’ de pobres, de casas de trabalhadores decadentes e grupos marginais de indivíduos”. O mecanismo de segregação e exclusão pode ou não ser complementado e reforçado por fatores adicionais de raça/pele, mas no limite todas as suas variedades são essencialmente a mesma: ser pobre numa sociedade rica implica em ter o status de uma anomalia social e ser privado de controle sobre sua representação e identidade coletiva; a análise da mancha urbana do gueto norte-americano e da periferia urbana francesa [mostra] a privação simbólica que torna seus habitantes verdadeiros párias. (BAUMAN, 2003, p.108)

Essa vulnerabilidade territorial na qual os jovens e adolescentes brasileiros, encontram-se imersos é reforçada por Masella:

Mantêm-se as estruturas socioeconômicas reprodutoras da violência que atingem, sobretudo, as comunidades dos territórios com indicadores de maior vulnerabilidade social, como demonstra ainda a assistente social ao avaliar a realidade infraestrutural dos bairros; [...] Dentre desses territórios, com maior ênfase na Brasilândia, foram percebidos: ausência ou escassez de infra-estrutura comunitária, como por exemplo, quadras poliesportivas e áreas de lazer; submoradias, confeccionadas com materiais inseguros, como os de demolição; altos índices de desemprego; precariedade ou instabilidade no acesso à educação pública; descontinuidade da frequência escolar ou descompasso na relação idade/série; dificuldade de acesso e/ou insuficiência de atendimentos nos serviços de saúde de atenção primária e de proteção social básica ou especializada; altos índices de criminalidade associados, por exemplo, ao tráfico de drogas. (MASELLA, 2014, p. 87)

Diante disso, observamos que as relações sociais diversificadas e construídas nos bairros, onde esses grupos encontram-se inseridos, vão ser determinantes para a sua formação social, histórica, política e para constituir sua filosofia de vida e identidades. (Helena Schoen Ferreira, Aznar Farias, & Mattos Ferreira Silveiras, 2003, p. 112)

Mediante esse contexto, notamos os resultados trágicos da globalização, na vida dos que cumprem Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida. Quando envolvem-se em ilícitos como: roubos de carga, apreensão com drogas, assaltos a mão armada, brigas com grupos rivais pela defesa do território sob seu comando e etc, muitas vezes o fazem incentivados por um estilo de vida que suas condições econômicas e familiares não lhes possibilitam, ou seja, o consumismo de bens tecnológicos: celulares de última geração; uma vida de ostentação que apresenta roupas e calçados de grifes/marcas, a frequência em festas e baladas, o relacionamento com mulheres com biótipos desejáveis, entre outros aspectos, incentiva a incorporação dos adolescentes nas “comunidades do crime” uma vez que em troca de seus serviços, elas lhes oportunizam o acesso a esses “bens”. (MAYOR, 2016, p. 291)

Em frente dessa realidade, a falta de políticas, educacionais, culturais e econômicas se fazem comuns e não existem incentivos aos adolescentes e jovens, de construir perspectivas de vida e de um futuro digno diferente daquela que a criminalidade oferece.

Oliveira (2018, p. 49) destaca como motivos que levaram os jovens a adentrar na criminalidade no município de Igarapé-Miri/PA: Desemprego, falta de capacitação (estudo) que impede que eles tenham uma perspectiva de futuro, e acaba por influenciar a entrada para a vida do crime, a falta de projetos sociais direcionados aos jovens, ausência familiar na criação dos filhos, falta de atuação escolar mais incisiva na parceria com a família e vice versa, pouco incentivo por meio de esportes, projetos de ciência, robótica, entre outros dentro do espaço escolar que motivem os jovens a permanecerem ali, o que faz com que muitos percam o interesse pelos estudos e evadam da escola, e conseqüentemente adentrem de uma vez na criminalidade.

Por se preocupar com aspectos relevantes da condição humana como o trabalho, a liberdade, a responsabilidade das instituições na preservação das tradições, Arendt (2007) refere-se aos adultos pelos cuidados com as crianças e os adolescentes, e defende a ideia de que a escola, tal qual o seio familiar, é o local privilegiado de proteção para os alunos que ali se inserem.

A pesquisa aponta que algumas escolas que atendem adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas, precisam melhorar suas práticas, uma vez que, os/as professores/as não alteraram sua metodologia, o projeto político pedagógico (PPP) e projeto político curricular (PPC), não são utilizados como estratégia de consolidação da didática escolar e a prática de ensino se situa segundo a abrangência do livro didático e do comportamento em sala de aula.

Nesse panorama, é fundamental permitir a exploração nos diversos domínios, favorecendo ao indivíduo a construção de suas múltiplas identidades de forma espontânea e natural sem precisar rotulá-los como: Educados, mal-educados, tranquilos ou rebeldes, organizados ou bagunceiros e etc, ou controlar seus corpos, expressões, gostos e projetos.

É preciso caminhar junto, entender os anseios e inquietudes desse processo da formação da identidade, que se estabelece na diferença com os pares numa ação coletiva e múltipla. Isso significa dizer que o indivíduo em conflito com a lei é um território humano de múltiplas identidades, expostas a vulnerabilidade extrema do espaço territorial em que estão inseridos, necessitando de proteção e de concretização de seus direitos sociais por parte daqueles que detém essa função: Estado, Família e Sociedade como um todo.

5. Conclusão

De acordo com as análises, acreditamos que o trabalho em parceria, entre as redes de proteção, o poder público municipal e as famílias, é um caminho possível na quebra dessa lógica globalizante que devasta nossos territórios humanos, nesse caso os adolescentes em conflito com a lei.

Ressaltamos ainda que a partir dessa parceria, as metas possam ser elencadas visando, sobretudo, ouvir os adolescentes, seus anseios, seus medos, seus projetos de vida, seus sonhos e a partir disso fomentar projetos práticos, nas diversas áreas (educação, esporte, cultura, lazer, saúde, cursos profissionalizantes e etc) com o intuito de possibilitar meios palpáveis para minimizar a problemática do acirramento das vulnerabilidades e consequentemente o adentrar na criminalidade.

Sabemos que não existe uma fórmula mágica para resolver esses problemas sociais, mais intervenções possíveis e responsáveis com o futuro digno, da adolescência desse lugar, desse espaço territorial e humano, devem ser perseguidas e cobradas por todos os agentes sociais. Acreditamos na máxima de que por enquanto o lugar, o bairro, a rua, é a sede da resistência da sociedade civil, contra os efeitos e os ataques da globalização ao Estado territorial. Para isso é necessário insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade de dentro, isto é, interrogar o que de fato é viável, para quem é viável e como podem ser viabilizados os direitos, nesse momento histórico de negação dos mesmos.

Referências

- Abramovay, Miriam. (2004). *Escolas inovadoras: experiências bem sucedidas em escolas públicas*. Brasília, UNESCO, ministério da Educação.
- Arendt, Hannah. (2007). *A Condição Humana*. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 10ª edição.
- Arroyo, Miguel G. (2010). *Ofício de Mestre: Imagens e autoimagens*. 12ª Ed. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Alencar, Ivoneide Pereira de. (2017). *Adolescentes em conflito com a lei e direitos humanos: relações entre medidas socioeducativas e reintegração social*. 181 f.: il.; 30 cm Tese de Doutorado – Universidade Católica de Brasília. Recuperado de <https://btdt.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2384/2/IvoneidePereiradeAlencarTese2017.pdf>
- Altoé, S. (2009). *De "menor" a presidiário: a trajetória inevitável?* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 83p. ISBN 978-85-99662-977. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- Assis, Simone Gonçalves de & Constantino, Patrícia Constantino. (2001). *Parte I – Razões que facilitam a entrada das adolescentes no mundo infracional 8 – Aprendendo a lição: a influência de amigos, namorados, familiares e das drogas*. In: Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp. 135-144. ISBN 978-85-7541-323-4. Available from SciELO Books. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/vjcdj/pdf/assis-9788575413234-11.pdf>
- Baratta, Alessandro. (1990). *Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da "reintegração social e as funções da pena na contemporaneidade" do sentenciado*. recuperado de www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf
- Bauman, Zygmunt, 1925- (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* / Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

- Barcelos, Mara Rejane Barroso., Cohen, Simone Cynamon & Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel de. (2010). *Políticas públicas para adolescentes em territórios vulneráveis*. Perspectivas e Controvérsias.
- Berro, Maria Priscila Soares. (2012). *adolescente em conflito com a lei e o direito à reinserção*. Recuperado de <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=5a1106fcb6c23317>.
- Brasil. *Plano Estadual Socioeducativo do Pará. 2013 – 2022*. recuperado http://www.fasepa.pa.gov.br/sites/default/files/PLANO%20ATEND_print.pdf.
- Estatuto da Criança e do Adolescente*. (2001). Lei Nº 8.069, De 13 De Julho De 1990. Brasília, 3ª edição. Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações.
- Freire, Paulo. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- Freire, Paulo. (2017). *Educação como prática de Liberdade*. 40ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, Michel. (2005). *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Helena Schoen Ferreira, Teresa., Aznar Farias, Maria & Mattos Ferreira Silveiras, Edwiges. (2003) *A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório*. Estudos de Psicologia 8(1), 107-115. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17240>.
- Lakatos, Eva Maria., & Marconi, Marina de Andrade. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Manual APA. (2016). *Regras Gerais de Estilo e formatação de trabalhos acadêmicos – apresentação*. São Paulo: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- Mayor, Fernanda Borges Soutto. Mordente, Giuliana Volfzon & Gonçalves, Hebe Signorini. (2016). *Socioeducação e a multiplicidade de papéis da mulher*. In: *Educação, Socioeducação e Escolarização*. DEGASE. Rio de Janeiro.
- Masella, Marcio Alexandre. (2014). *A inclusão do adolescente autor de ato infracional e a rede de proteção: um olhar interdisciplinar*.
- Ludke Nardi, Fernanda., Machado Jahn, Guilherme & Dalbosco, Dell'aglio, Débora. (2014). *Perfil de adolescentes em privação de liberdade: eventos estressores, uso de drogas e expectativas de futuro*. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 116-137, abr. recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-11682014000100008.
- Nogueira, Marco Aurélio. 1949- (2008). *Potência, limites e seduções do poder*. -São Paulo: Editora UNESP.
- Oliveira, Josenildo Barreto de. (2018). *Geografia do crime e territórios urbanos: uma análise da expansão da violência urbana a partir da territorialização de gangues na cidade de Igarapé-Miri/PA*. Monografia apresentada à faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará do Campus Universitário do Tocantins/Cametá (FAGEO – UFPA). Recuperado de <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/docente/producao.jsf?siape=1458612>
- Saquet, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território e territorialidade*. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011, pp. 1-16
- Santos, Milton. Adelia Souza, Maria A. de & Laura Silveira, Maria. (1998). *Território, Globalização e Fragmentação*. 4ª ed. Editora: HUCITEC, São Paulo, 1988. *Território, Globalização e Fragmentação*. IN:O século XXI e os desafios das etnias. Santayna, Mauro. 4ª ed. Editora: HUCITEC, São Paulo.

Tomazelli Sartório, Alexsandra., & Maria Rosa, Edinete. (2010). *Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 103, p. 554-575, jul./set. recuperado <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n103/a08n103.pdf>

Teixeira, Maria de Lourdes Trassi. (2006). *Evitar o desperdício de vidas*. in ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (orgs). *Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização* – São Paulo: ILANUD.